

RECURSO ESPECIAL Nº 1.683.625 - SP (2017/0158194-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **LUIZ CARLOS LOPES**
ADVOGADO : **LUIZ CARLOS LOPES (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP044846**
INTERES. : **JOSE GOMES DACAL**
INTERES. : **OSMAR DA CRUZ**
INTERES. : **ROBERTO PEREIRA DA SILVA**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, assim ementado (fls. 172-174):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RESCISÓRIA. ARTIGO 485, V, E IX, CPC. VIOLAÇÃO LITERAL DE NORMAS E ERRO DE FATO. REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES ARGUIDAS PELA RÉ: DECADÊNCIA E AUSÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO. CARÊNCIA DE AÇÃO, INEXISTÊNCIA DE NARRATIVA DE ERRO DE FATO. ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO QUANTO À LITERAL VIOLAÇÃO DE NORMAS. REPETIÇÃO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. COMBUSTÍVEL. PROVA DO CONSUMO. INEXIGIBILIDADE. CRITÉRIO DA MÉDIA NACIONAL. SUFICIENTE DA PROVA QUANTO A UM DOS AUTORES. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

1. Rejeitada a alegação de decadência, pois a rescisória foi ajuizada em 15.09.00 em face de sentença de mérito, que transitou em julgado em 20.08.99, estando, portanto, observado o prazo do artigo 495 do Código de Processo Civil, que não pode ser contado da data em que julgado deserta a apelação, se houve recursos, nesta Corte e no Superior Tribunal de Justiça, postergando a formação da coisa julgada.

2. A objeção fazendária, por ter sido a apelação julgada deserta, é irrelevante, pois não é exigível nem a interposição nem a apreciação de qualquer recurso, no mérito, podendo ser diretamente impugnada a sentença, estando tal orientação consolidada na Súmula 514/STF: "Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos".

3. Também não procede a alegação de que houve extinção sem resolução do mérito, vez que a sentença expressamente consignou a improcedência, fundada na percepção de que a falta de prova do fato constitutivo do direito alegado concerne e invade o mérito da causa, daí o cabimento da rescisória, neste aspecto.

4. A ação rescisória, fundada no artigo 485, IX, do Código de Processo Civil, somente é cabível quando descrito o erro de premissa fática no julgamento que, se corrigido à luz da prova documental existente, possa reverter a conclusão, desde que sobre o fato, sobre o qual incidiu o erro,

Superior Tribunal de Justiça

não se tenha estabelecido controvérsia, nem conste pronunciamento judicial. Caso em que inviável a ação, pois não configura erro de fato a alegação de que a leitura equivocada do dispositivo legal impediu a verificação da existência de prova suficiente à decretação da procedência do pedido, circunstância que, tal como narrada, enquadra-se em outra hipótese legal de cabimento da rescisória.

5. É cabível a rescisória quando a sentença aplica interpretação de texto legal em manifesta divergência com a interpretação dos Tribunais, não se aplicando a restrição da Súmula 343/STF ao caso concreto, pois inexistente controvérsia acerca da inexigibilidade de notas fiscais ou outro documento probatório de consumo, em se tratando de pedido de repetição pelo valor da média nacional de consumo, bastando, para tanto, somente a prova da propriedade de veículo no respectivo período. A interpretação adotada pela sentença, quanto ao direito federal, isolada de toda a jurisprudência, violou, pois, literal disposição da legislação, tanto assim que sequer foi citado qualquer precedente em favor da solução aplicada.

6. Superada e rescindida a sentença, no que exigiu a prova por notas fiscais, depois de reconhecer a inconstitucionalidade do empréstimo compulsório, cabe examinar o mérito da ação de acordo com a prova existente nos autos, acerca da propriedade do veículo, com termo inicial e final, no período em que cobrado o empréstimo compulsório: caso em que restou provada apenas a propriedade do veículo do autor LUIZ CARLOS LOPES, de placas AH1515, no período de 21.08.86 a 05.10.88, conforme certificado de registro.

7. Em relação aos demais autores, consta o seguinte: (1) JOSÉ GOMES DACAL, apenas o certificado de registro, com data de 17.05.89, fora do período de vigência do Decreto-lei nº 2.288/86 e sem comprovação de período anterior de propriedade; (2) OSMAR DA CRUZ, apenas partes de declarações de rendimentos - IRPF do exercício de 1986 a 1988, porém sem os respectivos comprovantes de entrega; e (3) ROBERTO PEREIRA DA SILVA, apenas o certidão de registro, com data de 19.08.86, porém sem qualquer outro documento de fixação de termo final da propriedade na vigência do empréstimo compulsório.

8. Cabe, em conclusão, desconstituir a r. sentença e julgar procedente o pedido de repetição, mas exclusivamente quanto ao autor LUIZ CARLOS LOPES, calculado o valor do principal, conforme a média nacional, proporcional ao período de propriedade comprovado nos autos e de vigência da cobrança impugnada, acrescido de correção monetária e juros de mora (índices legais, IPC/INPC, UFIR e SELIC). Fixação da verba honorária, na repetição, de 10% sobre o valor da condenação, em favor do autor vencedor, arcando os demais autores, vencidos, com honorários advocatícios em prol da ré, no equivalente a 10% sobre o valor atualizado da causa (artigo 20, § 4º, CPC).

9. Em relação à sucumbência, na presente rescisória, fixa-se a verba honorária em 10% sobre o valor atualizado da causa, devendo os autores-vencidos pagar tal montante à ré e esta ao autor-vencedor, com custas na forma da lei.

10. Rejeição das preliminares argüidas pela ré, carência parcial da ação e, no mais, procedência parcial da rescisória.

Embargos infringentes rejeitados às fls. 198-217.

O recorrente alega violação do artigo 485, V, do CPC/1973, ao argumento de que à época em que proferida a decisão rescindenda e o seu trânsito em julgado, havia clara controvérsia quanto à possibilidade de restituição do valor pago a título de

Superior Tribunal de Justiça

empréstimo compulsório mediante mera estimativa de pagamento, atraindo ao caso a Súmula 343/STF.

Contrarrazões às fls. 230-236.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 238-240.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

O recorrente, ao indicar ofensa ao artigo 485, V, do CPC/73, e direcionar a sua tese no sentido de que havia controvérsia, à época da decisão rescindenda, quanto à possibilidade de restituição do valor pago a título de empréstimo compulsório mediante mera estimativa do pagamento, deixou de impugnar o fundamento basilar do acórdão recorrido segundo o qual a controvérsia atinente à questão trata-se de que, em se tratando de pedido de repetição pelo valor da média nacional de consumo, basta somente a prova da propriedade do veículo do respectivo período.

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Assim, não há falar em aplicação da Súmula 343/STF, já que, à época da decisão rescindenda, de fato, não havia controvérsia a respeito de que, para se valer do direito de repetição de indébito, nos casos de empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei 2.288/86, é suficiente apenas a prova da propriedade do automóvel.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator